

Agora, na Constituinte, a felicidade geral da Nação.

Desde que a Assembléia Nacional Constituinte foi instalada há 15 meses — e mais especificamente depois que ela entrou em sua fase decisiva de votação no plenário — a sociedade brasileira vem sendo sistematicamente agredida em seus interesses maiores pelos senhores encarregados de escrever a futura Carta Magna do País. Não passa uma semana sem que os constituintes aprovem uma série de medidas que, quando colocadas em prática, irão liquidar com as últimas esperanças de que o Brasil possa chegar ao final deste século como uma nação plenamente desenvolvida, definitivamente liberta do mundo econômica e tecnologicamente arcaico e socialmente injusto em que querem enfiar a esquerda nacional, os gênios do Itamaraty, os nacionalistas raivosos e os exploradores de todos os matizes.

Esse processo de destruição das aspirações nacionais de progresso e riqueza desenvolve-se por meio de um esquema montado para destruir, no sistema econômico nacional, tudo aquilo que gerou o desenvolvimento de nações tão diferentes quanto os Estados Unidos, o Japão, os países emergentes da Ásia e toda a Comunidade Econômica Européia: o princípio da liberdade de iniciativa, a cooperação entre o capital privado nacional e o capital externo e a submissão do Estado à vontade da sociedade. Até o momento a Constituinte inverteu totalmente esta equação de comprovado sucesso, ao aprovar um texto privilegiando o papel do Estado, colocando sob tutela a livre iniciativa e praticamente banindo de nossas fronteiras o capital estrangeiro.

A primeira vez em que essa tendência passadista da Constituinte ficou claramente definida foi na votação do capítulo dos direitos sociais. Foram aprovados tantos e tais "benefícios" para os trabalhadores — hora extra paga com acréscimo de 50%, licença-paternidade de oito dias, licença-maternidade de 120 dias, jornada semanal de 44 horas, jornada de seis horas para os trabalhos realizados em turnos de revezamento — que a maioria das empresas dificilmente conseguirá arcar com os aumentos de custos — mais de 50% nos gastos com encargos sociais — que isso gerará. Muitas simplesmente precisarão apelar para demissões e outras irão mesmo fechar as portas. No primeiro caso, perdem os trabalhadores e, no segundo, ganha o Estado, que vai acabar ocupando os espaços vazios deixados pelo setor privado. Para o aparelho estatal esse aumento de custos não será problema: ele sempre poderá se socorrer dos impostos ou da emissão de papel-moeda. Aí, pagarão todos os brasileiros, diretamente ou na forma de inflação.

O segundo grande golpe veio no capítulo do sistema tributário, todo ele armado em função da máquina pública, num completo desprezo por quem trabalha e produz. O princípio que norteou a votação desse capítulo é o mesmo que vem presidindo as decisões das autoridades fiscais em Brasília nos últimos anos: quanto será possível extorquir dos cidadãos e das empresas para sustentar a cornucópia estatal. Somente no início, tão logo entre em uso, a futura Constituição, segundo cálculos de alguns economistas e tributaristas, deverá provocar um acréscimo de 30% na já medonha carga tributária que assola os brasileiros. E ainda deixa portas abertas para que o governo central, que irá perder receitas para os Estados e municípios, venha se ressarcir dessas perdas em cima de todos nós com mais impostos.

Esse cenário sombrio para o País completou-se — até agora, é bom que se diga, pois ainda há muita surpresa desagradável pela frente — com a xenofobia que presidiu a votação do título da Ordem Econômica. Se prevalecer esta "nova" ordenação econômica, imposta pelas escusas alianças estabelecidas no plenário, envolvendo — além dos contumazes charlatões da ideologia — esquerdistas, fisiologistas e até os setores nacionalistas das Forças Armadas, o Brasil viverá, como advertiu o presidente da Ford, Wayne Booker, alguns anos de crescimento muito lento. Na verdade, o sr. Booker está sendo muito otimista.

Com as definições diferentes para empresa nacional de capital brasileiro e empresa nacional de capital estrangeiro, discriminando estas últimas; com a abertura da possibilidade de criação de outras reservas de mercado além da já desastrosa reserva para a informática; com a nacionalização do subsolo; com a definição do Estado como agente fiscalizador e regulador da atividade econômica; e com o tabelamento dos juros bancários, a futura Constituição irá conseguir afastar os investidores externos do País de uma vez por todas. Aliás, como têm advertido com muita serenidade dirigentes de empresas estrangeiras que já estão há muitos anos no Brasil e portanto conhecem bem nosso país, tais como o citado sr. Booker, Wolfgang Sauer, da Autolatina, Rolf Löchner, da Bayer. A Bayer, por exemplo, com um programa de investimentos de 45 milhões de dólares para este ano, por causa do nacionalismo imperante na Constituinte foi obrigada a rediscuti-lo com a matriz alemã.

"Nós precisamos crescer, porque sem crescimento não vamos sair da inflação e sem crescimento não vamos solucionar o nosso problema social. E com que dinheiro vamos financiar a expansão? Com os 14% de poupança? Aí nós nem vamos financiar os gastos atuais sem crescimento. Então, o que nós precisamos é ter uma poupança de uns 26% ou 30%. É impossível construir essa poupança sem capital estrangeiro" — advertiu Sauer, há 27 anos no País e já naturalizado brasileiro.

Terminado o cerco ao sistema econômico que dá sustentação financeira ao Estado, a Constituinte entrou esta semana em mais uma sessão de paternalismo e bom-mocismo, a sua outra faceta equivocada e perversa. No título da Ordem Social, em discussão e votação neste momento, estão programadas várias outras "concessões" aos brasileiros, nos mesmos níveis e moldes das "benesses" trabalhistas. Ou seja, sem nenhuma consideração sobre suas conseqüências políticas e econômicas, sem ao menos saber se haverá dinheiro para pagar a conta. Vai-se prometer o que não existe, enganando vergonhosamente a população.

Assim, por exemplo, a saúde passará a ser "um direito de todos, garantido e realizado pelo Estado". Ora, todo mundo sabe que o Estado brasileiro, hoje, apesar de cobrir apenas 20% dos serviços de saúde, presta um péssimo atendimento aos que o procuram. Para que se possa garantir a saúde para todos é preciso antes que a saúde econômica do País esteja assegurada, o que as medidas econômicas já aprovadas praticamente impedem. Além do mais, é preciso ficar claro, pelas experiências que temos, que o Estado é incapaz, aqui como em qualquer lugar, de prestar bons serviços à população. Os senhores constituintes pretendem também garantir "ensino gratuito para todos", desde a pré-escola até a universidade, colocando em situação de igualdade os filhos de trabalhadores de baixa renda e os filhos de famílias mais abastadas. É isso que as esquerdas costumam chamar de "justiça social". E é desse tipo de "justiça" que o título da Ordem Social aprovado na Comissão de Sistematização está infestado.

Se tudo sair como está nesse texto, o Brasil será o primeiro país do mundo — mais uma glória para nossas cores! — a possibilitar a felicidade geral de seu povo por uma simples determinação constitucional. Só que na vida real esta felicidade estará muito mais distante do que hoje, porque a economia brasileira estará destruída pelo espírito nacional-estatizante dos senhores constituintes.

JORNAL DA TARDE

17 MAI 1988